



Contornos e desafios da diversificação produtiva em áreas de cultivo de tabaco entre jovens rurais no território gaúcho

ALESSANDRA TROIAN
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

CLÁUDIO BECKER
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

RESUMO

A produção de tabaco e a diversificação produtiva têm ganhado espaço e gerado controvérsia nos desafios contemporâneos do desenvolvimento rural. Neste sentido, o artigo objetiva, a partir da realidade de dois municípios gaúchos, Arroio do Tigre e São Lourenço do Sul, analisar a percepção dos jovens agricultores dedicados à produção de tabaco, acerca dos condicionantes e do futuro das suas atividades socioprodutivas no meio rural. Os dados que fundamentaram o estudo provêm de entrevistas realizadas com jovens rurais nos dois universos empíricos citados. Constatou-se que as ações de diversificação mostram-se inconsistentes diante do enraizamento material e simbólico da produção de tabaco em velhas e novas regiões de cultivo. Apesar do tabaco não ser projeto de vida exclusivo entre os jovens rurais pesquisados, o portfólio reduzido de outras opções aliado a ausência de políticas públicas específicas para este público, acaba por determinar a continuidade destes na produção de tabaco.

Palavras-chave: Juventude rural. Tabaco; Diversificação. Agricultura familiar. Desenvolvimento rural.

CONTOURS AND CHALLENGES OF PRODUCTIVA DIVERSIFICATION IN AREAS OF CULTIVATION OF TOBACCO AMONG RURAL YOUTH IN STATE TERRITORY

ABSTRACT

The tobacco production and productive diversification have gained ground and generated controversy in the contemporary challenges of rural development. In this sense, the article aims, from the reality of two cities in the state, the Tiger Brook and São Lourenço do Sul, to analyze the perception of young farmers dedicated to the production of tobacco, about the conditions and the future of their socio-productive activities in rural areas. The data that supported the study come from interviews with rural youth in both empirical universes cited. It was found that the diversification of actions show up inconsistent on the material and symbolic roots of tobacco production in old and new areas of cultivation. Despite the

tobacco not project unique life among rural youth surveyed, reduced the portfolio of other options combined with the absence of specific public policies for this audience, ultimately determine the continuity of those in tobacco production.

Keywords: Rural youth. Tobacco. Diversification. Family farming. Rural development.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONTEMPORÂNEOS DO CULTIVO DO TABACO

Apesar do hábito de fumar ser antigo, não existem estudos que indiquem o período exato e os motivos que levaram as pessoas a começarem a fumar. Sabe-se que há mais de quatro mil anos, o cultivo e o uso do tabaco já eram desenvolvidos pelos povos Maias na região da América do Norte e América Central. A partir de então, outros povos indígenas da América aprenderam a cultivar a planta e elaborar o produto para utilizá-lo em cerimoniais religiosos. Para os índios, o uso do tabaco era algo de grande valor cerimonial, pois eles acreditavam que a inalação da fumaça aproximava-os dos deuses (BIOLCHI, 2005; BIOLCHI et al., 2003; BONATO, 2006).

Do sagrado hábito de fumar dos indígenas, o tabaco passou a ser considerado hábito de prazer e seu consumo espalhou-se rapidamente (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2006). Segundo Biolchi (2005), as primeiras lavouras de tabaco formadas pelos colonos, na América Latina, surgiram da necessidade de garantir o consumo próprio e, à medida que o mercado foi se formando, colonos portugueses iniciaram o cultivo visando o abastecimento do mercado europeu. Desde o início a produção de tabaco é plantada em pequenas áreas, diferentemente da cana-de-açúcar e do café.

Atualmente, a indústria do tabaco organiza-se mundialmente sob a forma de oligopólio e as atividades de produção e comercialização de tabaco e seus derivados se estendem por mais de 50 países. São poucas e grandes empresas transnacionais que organizam todo o complexo agroindustrial do produto, que é composto basicamente pela produção, processamento, beneficiamento e comercialização do tabaco em folha e de seus produtos derivados (TROIAN, 2010; 2014).

O Brasil mantém a liderança mundial nas exportações de fumo em folha desde 1993, exportando aproximadamente 85% da produção. A qualidade do tabaco brasileiro, a possibilidade de produção com baixos custos e a capacidade de abastecimento do mercado externo são fatores que têm garantido a expansão das exportações brasileiras (BIOLCHI, 2005; BONATO, 2006).

De acordo com Biolchi (2005), a produção de tabaco, na região Sul, concentra mais de 96% da produção brasileira; o restante é produzido nos estados da Bahia e Alagoas, na região Nordeste. O tabaco está presente em 682 municípios brasileiros, sendo o estado do Rio Grande do Sul o maior produtor (51% do total, com 299 municípios), seguido de Santa Catarina (34%, com 236 municípios) e do Paraná (15%, com 147 municípios).

No Sul do Brasil o tabaco é desenvolvido em sistema de integração entre indústrias e fumicultores. O sistema teve início em 1918, em Santa Cruz do Sul e foi criado pela *British American Tobacco* (BAT - acionária da Souza Cruz). Para Boeira e Johns (2007) o sucesso econômico-financeiro das empresas fumageiras deve-se ao sistema de integração. No sistema de integração, a indústria fornece os

fertilizantes, as sementes, financiamentos para a construção de estufas para a cura, entre outros equipamentos e técnicas necessárias para o desenvolvimento do tabaco, o que acaba reduzindo a autonomia dos agricultores. Além disso, a assistência técnica é oferecida pelas empresas em troca da venda integral e exclusiva da produção.

A produção de tabaco, de maneira geral, é realizada em baixa escala, sobretudo pela elevada demanda de mão de obra. O tamanho médio das unidades produtivas de tabaco no Brasil é 16 hectares. Dentre os produtores, 24,5% (cerca de 47.000 famílias) não possuem a posse da terra, trabalhando em terras arrendadas ou em sistemas de parceria. Outro dado é que 35% dos produtores de tabaco, no sul do Brasil, dispõem de áreas que variam entre um a dez hectares, sendo que apenas 1% possuem mais do que 50 hectares. As plantações de tabaco ocupam 16,6% da área média dos estabelecimentos rurais, embora representem 68% da receita da propriedade (AFUBRA, 2011).

Neste sentido, sublinha-se que o tabaco, ao mesmo tempo em que é a principal economia dos municípios produtores, não resulta em desenvolvimento (PERONDI et al., 2008), pois a maior parte desses municípios situa-se na porção de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de seus Estados.

Visualiza-se na cadeia produtiva do tabaco uma série de externalidades causadas tanto no âmbito da unidade produtiva, quanto para os consumidores dos produtos finais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os produtos derivados de tabaco matam cerca de 200 mil brasileiros a cada ano¹ e 200 mil hectares de matas e florestas são destruídos no mundo para dar lugar a plantações de tabaco, além das árvores nativas que são cortadas para a cura da folha (TROIAN et al., 2010). Além disso, lembra-se o elevado consumo de agrotóxicos no cultivo, causando contaminação de mananciais, redução da vida microbiana, danos na bioestrutura do solo, entre outros.

Por outro lado, a produção de tabaco é um dos sistemas de produção de maior significância na economia brasileira, vista como “bons” reflexos na esfera social, pela arrecadação de vultuosos recursos na forma de tributos. Por isso, a dificuldade e/ou a falta de interesse dos órgãos públicos em extingui-lo.

1 Sobre os custos que as doenças tabaco-relacionadas causam ao estado ver: PINTO, M., UGÁ, M, L, D. Os custos das doenças tabaco-relacionadas para o Sistema Único de Saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n. 6, p. 1234- 1245, jun, 2010.

Neste contexto emerge o acordo internacional da Convenção Quadro para Controle de Tabaco (CQCT). A convenção pauta-se na elevação da qualidade de vida das pessoas e, embora tenha seu foco no controle do tabagismo, ela traz uma série de medidas com vistas à diversificação produtiva, incentivando os agricultores que tiverem interesse em introduzir novos cultivos em suas áreas, reduzindo ou eliminando o tabaco.

A Convenção Quadro para Controle de Tabaco é o primeiro tratado internacional de saúde pública, negociado por 192 países sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde. A adesão do Brasil ao tratado foi ratificada pelo Congresso Nacional em 2005 (SOGOCIO, 2008). A Convenção Quadro articula um conjunto de ações baseadas em evidências para responder à globalização da epidemia do tabagismo. Com o objetivo de proteger as gerações presentes e futuras das consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco, as ações dos governos incluem restrições ao fumo em locais públicos, restrições à propaganda, redução dos subsídios e aumento de impostos e campanhas de conscientização (TROIAN et al., 2011).

Aliada à problemática dos riscos causados à saúde dos fumantes, a produção de tabaco merece especial atenção no Brasil, em função do país ser o segundo produtor mundial de fumo em folha e um dos quatro maiores produtores de tabaco, ocupando a primeira posição de exportador de folhas no *ranking* mundial.

Não obstante, a partir da ratificação, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou políticas públicas e programas direcionados especificamente para agricultores familiares fumicultores, a exemplo do programa de diversificação produtiva. O programa é uma das ações implementadas pelo Governo Federal visando alternativas produtivas e geradoras de renda, com foco na qualidade de vida e na sustentabilidade econômica, social, ambiental e cultural entre as famílias produtoras de tabaco.

Pela elevada demanda de mão de obra e algumas outras singularidades, a atividade produtiva do tabaco se encontra um considerável número de jovens rurais, os quais, em alguns casos optam deliberadamente por ingressar e seguir neste cultivo, sendo em outras circunstâncias, o trabalho com o tabaco a resultante da falta de opções por parte da juventude rural.

Diante deste contexto, buscou-se elaborar algumas questões orientadoras do estudo, a saber: a) quais são os principais elementos que condicionam e determinam a opção dos jovens agricultores pela produção de tabaco? b) quais os impactos das políticas de diversificação na realidade produtiva destas famílias rurais? c) como os jovens agricultores projetam seu futuro diante do contexto de incertezas na fumicultura?

Acredita-se que a resposta a estas e outras indagações podem ser elucidativas e subsidiárias de discussões em torno a iniciativas e elaboração de políticas públicas que atuem sobre esta conjuntura. Destarte, o presente estudo tem como objetivo examinar, a partir de duas realidades concretas, a percepção dos jovens agricultores dedicados à produção de tabaco, acerca dos condicionantes e do futuro das suas atividades socioprodutivas no meio rural. Dessa forma, na

sequência apresenta-se o universo empírico do estudo e as orientações metodológicas utilizadas na pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E UNIVERSO DE ANÁLISE

O presente estudo deu-se mediante uma análise das temáticas em questão a partir de duas realidades concretas, situadas em locais cuja incidência da produção do tabaco é revestida de grande importância social, econômica e cultural. Os municípios pesquisados foram, Arroio do Tigre e São Lourenço do Sul, localizados respectivamente na região central e sul do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que vimos desenvolvendo uma série de pesquisas (TROIAN, 2014; TROIAN; DAL SOGLIO, 2013; BECKER, 2010; BECKER et al., 2013) com agricultores familiares nestes universos nomeados, relacionadas ao exame dos impactos de políticas públicas, do desenvolvimento e da juventude rural. Os dados que integram o presente trabalho resultam substancialmente destas investigações.

Os instrumentais metodológicos podem ser sintetizados como de caráter qualitativo, interpretativo e comparativo. A metodologia de pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como “a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados, em lugar da produção de medidas quantitativas de características de comportamento” (RICHARDSON, 1999, p. 90). Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999, p. 80).

A pesquisa interpretativa “deriva do reconhecimento básico dos processos interpretativos e cognitivos inerentes à vida social” (CASSIANI et al., 1996, p. 76). Esta abordagem considera que o conhecimento, os significados, emoções, sentimentos e intenções de pessoas envolvidas diretamente com o caso objeto de uma pesquisa, são fundamentais para a compreensão e desvendamento de tal fenômeno (ANDRADE; TANAKA, 2001).

Não obstante, o uso do método comparativo mostra-se inteiramente convergente com os objetivos da pesquisa. O modo comparativo de proceder e apreender mentalmente a realidade permite descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as características gerais que regem os fenômenos sociais (SCHNEIDER, 2009).

Os dados e informações constantes no artigo são oriundos de entrevistas em profundidade realizadas com jovens rurais e agentes de desenvolvimento local residentes nos locais pesquisados, bem como de fontes secundárias coletadas em sítios eletrônicos e materiais de divulgação acerca da produção de tabaco e da juventude rural.

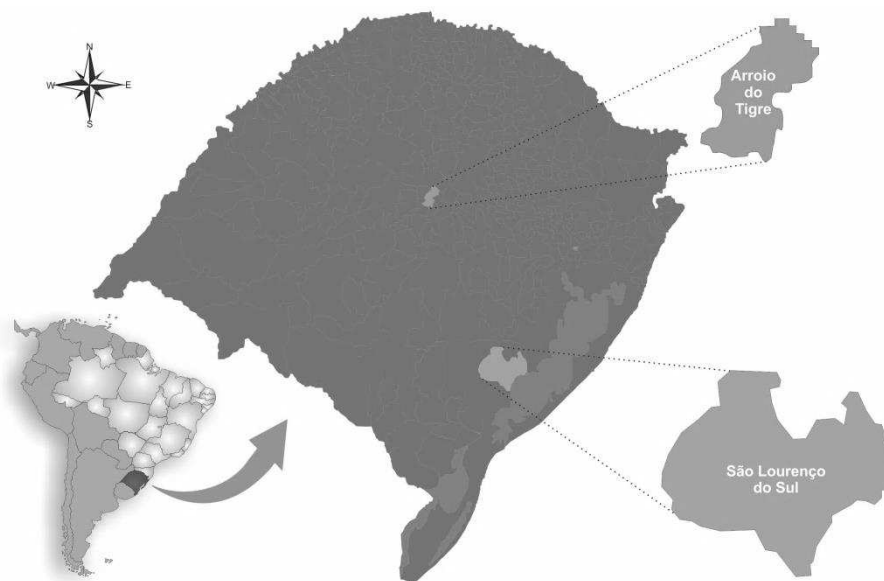
As entrevistas realizadas com os jovens rurais de Arroio do Tigre se classificam como semiestruturadas e seguiram roteiros pré-estabelecidos. Foram entrevistados 18 jovens com faixa etária entre 14 e 25 anos, em suas residências, em suas propriedades, na escola, na sede do Movimento dos Pequenos Produtores (MPA) e na antiga escola técnica agrícola. Conversou-se com jovens solteiros, namorando, noivos e casados. Com jovens que pretendem suceder os pais na unidade de produção, com jovens que almejam adquirir novas áreas de terra, com jovens filhos de proprietários e jovens filhos de meeiros; jovens que participam e com jovens que não participam da Associação de Jovens Rurais de Arroio do Tigre (AJURATI)². As entrevistas, que foram gravadas mediante autorização dos participantes.

Em São Lourenço do Sul as informações foram coletadas mediante a realização de entrevistas com 11 jovens agricultores (entre 14 e 29 anos) cujas famílias produzem tabaco, entre os meses de setembro de 2012 e março de 2013. Os entrevistados participavam majoritariamente dos grupos de jovens da igreja luterana. A coleta de dados se deu mediante a aplicação de um roteiro semiestruturado de questões abertas versando sobre a temática de investigação. As características prevaletentes dos entrevistados foram o sexo masculino, solteiros, a família era proprietária da área e os jovens pretendiam seguir na atividade agrícola.

O conjunto de informações coletadas conformou o banco de dados sobre o qual se empreendeu a análise cujos resultados fundamentam a elaboração do presente artigo. Com o propósito de situar geograficamente o leitor, na sequência, através da Figura 1 pode-se visualizar a localização dos municípios estudados.

2 Associação de Jovens Rurais de Arroio do Tigre A AJURATI é uma entidade educacional, filantrópica, esportiva e recreativa, sem fins lucrativos e tem como objetivo central coordenar os grupos de jovens rurais, denominados juventudes, do município de Arroio do Tigre/RS. A AJURATI foi criada em meados da década de 1980, a partir da proposta de organizar grupos de jovens rurais, apoiada pela EMATER/ASCAR. Inicialmente o trabalho do grupo de jovem estava diretamente relacionado à produção agrícola, pois as primeiras atividades desenvolvidas consistiam no fomento aos jovens para que eles preparassem uma lavoura em suas propriedades. Mais tarde, os jovens sentiram a necessidade de outras atividades não somente relacionadas ao labore, foi então que surgiu o dia do jovem com disputas esportivas. Atualmente a Associação conta com mais de dois mil associados (REDIN, 2011; TROIAN, 2014).

Figura 1 - Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul, destacando a localização dos municípios de Arroio do Tigre e de São Lourenço do Sul.



Fonte: Elaboração dos autores (2014).

Ressalta-se que ambos os municípios reúnem aspectos relevantes quanto à atividade agrícola e o desenvolvimento do tabaco. Nestas localidades, além dos elementos supracitados, um fato que vem ganhando notoriedade nas últimas duas décadas é a expansão da produção deste cultivo. Dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) e da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA) ilustram esta afirmativa. Do ponto de vista do volume de tabaco produzido, Canguçu e São Lourenço do Sul vêm alternando os postos de segundo e terceiro maiores produtores de fumo do país. Os dados apontam que em São Lourenço do Sul a quantidade de agricultores familiares (quatro mil) que produzem tabaco atualmente é superior ao número total de estabelecimentos rurais do município. A título de exemplo, mencionamos que nada menos de 60% dos agricultores familiares de Canguçu se dedicam ao plantio de tabaco. Somados, estes dois municípios gaúchos possuem cerca de dez mil agricultores dedicados a esta atividade cuja expansão se dá em meio ao desaparecimento de culturas e atividades tradicionais nessa região do país (pêssego, produção de hortaliças, leite, etc.).

Apesar de algum incremento nos níveis de renda, as famílias dedicadas ao fumo passam sistematicamente por situações de degradação das condições de trabalho e saúde. Todavia, por intermédio de ações do próprio Estado, bem como por iniciativa própria, diversos agricultores produtores de tabaco têm optado pelos programas de diversificação e reconversão das suas unidades produtivas.

O Vale do Rio Pardo, onde se situa Arroio do Tigre, conforme Karnopp (2003) concentra 41,85% da população no meio rural e se dedica essencialmente à produção de tabaco. Pode-se afirmar que a produção e o processamento do tabaco é o principal organizador do espaço regional. A área ocupada com tabaco na região Centro Serra tem aumentado sensivelmente, resultando na diminuição da área destinada ao cultivo de alimentos básicos.

Aproximadamente 80% das propriedades rurais do município de Arroio do Tigre possuem área de até 20 hectares. Segundo Redin (2012), o cultivo de tabaco é a mais importante atividade agrícola desenvolvida no município, sendo Arroio do Tigre considerado o maior produtor sul-brasileiro de tabaco tipo *Burley*. Ainda de acordo com o autor, existem 2.250 propriedades rurais no município e destas 2.120 desenvolvem o cultivo de tabaco.

Este é o contexto geral no qual se procura identificar quais os contornos materiais e simbólicos que fazem com que a produção de tabaco tenha alcançado a expressão atual nestes locais, bem como as projeções futuras a partir da percepção dos jovens agricultores pesquisados. Os principais resultados desta reflexão encontram-se expostos e analisados na próxima seção do trabalho.

3 O PAPEL DOS JOVENS RURAIS NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

A concepção de desenvolvimento não é única nem linear, existindo uma série de definições, conceituações e disputas entre o que há de normativo, científico e ideológico. Diversas são as visões, definições e correntes que coexistem e disputam o conceito de desenvolvimento, além de não haver somente um, mas vários desenvolvimentos. Devido ao fato da definição de desenvolvimento rural ser complexa e multifacetada ela pode ser abordada por diversas perspectivas teóricas (SCHNEIDER, 2004; TROIAN, 2014).

Neste sentido, visualiza-se que a problemática do desenvolvimento rural no Brasil, com a preocupação nos atores sociais passou a ganhar maior relevância a partir da década de 1990. Abordagens, discussões e políticas públicas visando à melhoria da qualidade de vida, a manutenção dos recursos naturais e a valorização das questões sociais passaram a ser centrais.

Destarte, percebe-se um conflito quanto se trata da produção de tabaco. De um lado está a questão econômica, vista positivamente. De outra parte, se situa a discussão acerca dos aspectos ambientais, a utilização de agrotóxicos e a questão social, sobretudo a falta de autonomia dos produtores devido à integração com a empresa fumageira. Esta dubiedade faz aflorar a interrogação sobre a produção de tabaco ser ou não uma via de desenvolvimento. Assim, traremos a continuação alguns elementos para esta discussão, a partir do segmento da juventude rural, objeto central do estudo.

3.1 Jovens rurais: breve caracterização e discussão acerca da juventude

A juventude não é um grupo homogêneo, por isso é preciso ter consciência sobre a existência de diferentes modos de ser jovem, fazendo com que a juventude se mostre plural e heterogênea, tratando-se, dessa forma, de juventudes (PAIS, 1990).

Segundo Dayrell (2003), a juventude é uma categoria socialmente destacada, uma fase de transição, de mudanças. A juventude é vista como um “vir a ser”, sendo uma passagem para a vida adulta, por isso, é uma fase que se relaciona com o passado, fase da infância, ao mesmo tempo em que se conecta com o futuro, a vida adulta. A juventude pode ser entendida como um período no qual se vive de

forma intensa um conjunto de transformações que vão estar presentes, de alguma maneira, ao longo da vida.

Existem diversas maneiras de se definir a juventude. Conforme Weisheimer (2005) existem cinco principais abordagens utilizadas nas definições conceituais sobre a juventude: faixa etária; ciclo de vida; geração; cultura ou modo de vida e representação social. O autor salienta que entre os pesquisadores do tema, alguns enfatizam uma dessas abordagens, outros fazem diferentes combinações e há ainda pesquisador que não estabelece nenhuma definição de juventude, tratando-o como se o termo fosse auto explicativo.

A juventude como uma faixa etária é utilizada em algumas pesquisas que ancoram sua definição utilizando como critérios a idade dos pesquisados. Para isso, os pesquisadores geralmente apoiam-se em indicadores demográficos, critérios normativos ou padrões estabelecidos pelos organismos internacionais (TROIAN, 2014). No entanto, conforme Abramovay (2000), a principal característica da juventude corresponde à naturalização da continuidade do modo de vida dos pais. Ressalta-se que a juventude rural caracteriza-se por ser um momento de diversas fases semelhantes às vivenciadas pelos jovens urbanos (ABRAMOVAY, 2000).

De acordo com Carneiro (1998), o jovem no meio rural é um aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho na família. O jovem é uma categoria que não recebe qualificação específica por parte dos classificadores, que os colocam como estudantes, filhos de agricultores, entre outros adjetivadores.

A juventude, no meio rural, está presente na agricultura familiar por meio de sua inserção no trabalho familiar no estabelecimento agrícola, uma vez que a agricultura familiar se caracteriza pela “[...] unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.” (LAMARCHE, 1993, p. 15). Ou seja, a agricultura familiar caracteriza-se pela forte relação entre a produção e o consumo, em estabelecimentos agropecuários em que a “[...] gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho são provenientes de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY, 1998, p. 146).

Em estudos realizados com jovens rurais, Brumer (2004) analisa a forma como os jovens se inserem nas atividades da unidade familiar, geralmente de modo subordinado, pois trabalham lado a lado com os adultos e dependem de sua boa vontade para a obtenção de renda para o lazer e a compra de objetos pessoais. Ao mesmo tempo, ocorre uma divisão do trabalho por sexo, os rapazes acompanham ou substituem os pais e as moças acompanham ou substituem as mães em suas atividades específicas.

A partir das situações acima apresentadas, visualiza-se o processo de saída do campo, conhecido como êxodo rural (COSTA JÚNIOR, 2007). O mesmo atinge em maior proporção os jovens e entre eles ganha destaque as moças, estes fatores acabam culminando nos processos de envelhecimento e masculinização do campo (ABRAMOVAY et al., 1998).

Segundo Weisheimer (2009), a situação dos jovens na agricultura familiar é marcada pela restrição ao acesso à renda monetária própria, onde dificilmente eles conseguem obter renda pelas atividades agrícolas realizadas no âmbito da propriedade. Por outro lado, verifica-se a existência de casos em que os pais destinam uma pequena parcela da propriedade aos jovens, para que eles

desenvolvam alguma atividade produtiva autônoma. Quando isso ocorre, os jovens procuram introduzir novos cultivos, diversificando a propriedade e gerando inovações na unidade de produção. Isso permite uma maior autonomia em relação aos pais, além de possibilitar maior autoconfiança e reconhecimento como agricultor (WEISHEIMER, 2009).

Ainda de acordo com o mesmo autor (WEISHEIMER, 2004; 2009) os jovens, oriundos da agricultura familiar, em alguns aspectos, amadurecem socialmente mais cedo que os jovens que se inserem em outras atividades produtivas devido a certas responsabilidades vinculadas ao processo de trabalho. Porém, eles tendem a atrasar sua autonomia social em função do caráter patriarcal que caracteriza esta atividade. Neste sentido, torna-se relevante compreender como os jovens rurais percebem o cultivo de tabaco, as políticas de diversificação de cultivos e as expectativas que essa categoria vislumbra quanto ao seu futuro diante de um cenário repleto de incertezas na atividade agrícola e mais especificamente na fumicultura.

4 PRODUÇÃO DE TABACO E DESENVOLVIMENTO RURAL: INCOMPATIBILIDADE INTRÍNSECA?

4.1 Percepção dos jovens rurais acerca da fumicultura

No decorrer das pesquisas realizadas pode-se constatar que as percepções dos jovens rurais acerca do cultivo de tabaco são diversas e distintas, evidenciando desta forma a heterogeneidade e a complexidade atinente à temática em questão. Encontrou-se jovem que percebe o tabaco positivamente, percepção esta fortemente relacionada à renda proporcionada pelo cultivo. Identificou-se jovem que percebe o tabaco negativamente, associando sua visão a elevada utilização de agrotóxicos. Também teve jovem com percepção neutra, não percebe o cultivo positiva, nem negativamente.

A percepção positiva em relação ao cultivo de tabaco é identificada em distintos depoimentos. “Em questão de renda ela é bem vantajosa, porque ele produz bem, em pouca área. Área pequena que nem nós temos (tabaco) é lucrativo” (Jovem, 23 anos, Arroio do Tigre). “Ah, para gente aqui na roça [...] eu gosto de lidar com o fumo e tudo, porque é o que dá mais (renda) aqui para nós” (Jovem, 20 anos, Arroio do Tigre). “Eu gosto de plantar fumo porque dá dinheiro e a gente sabe produzir [...] todo mundo aqui planta fumo” (Jovem, 21 anos, São Lourenço do Sul). É possível notar em ambos os contextos, que as percepções dos jovens entrevistados indicam construção de uma identidade de agricultor fumicultor, remetendo inclusive a um “saber-fazer” na produção do tabaco.

Há ainda alguns jovens que apesar de se lembrarem das críticas que o tabaco vem sofrendo através das campanhas antitabagistas, percebem o cultivo como uma alternativa rentável para a manutenção e reprodução familiar.

Por outro lado, identificaram-se jovens que percebem o cultivo de tabaco negativamente devido ao excesso de agrotóxicos utilizado no decorrer de sua produção. “É plantado, contra a vontade porque usa muito agrotóxico” (Jovem, 20 anos, Arroio do Tigre). Outros que reclamam do uso de agrotóxicos, mas lembram da rentabilidade. “Sempre esta lindando com o veneno, mas é rentável, dá uma boa

renda” (Jovem, 22 anos, Arroio do Tigre). “Acho que ela (a cultura do fumo) é rentável, mas a única coisa são os venenos, se não se prevenir [...]” (Jovem, 24 anos, Arroio do Tigre).

Ademais, as condições de trabalho durante a safra do tabaco foram uma queixa recorrente entre os entrevistados. As jornadas excessivas, que geralmente ultrapassam doze horas diárias, aliadas às altas temperaturas e outros fatores climáticos adversos (orvalho, chuva, entre outros.) tornam a colheita e cura das folhas de tabaco um trabalho árduo e insalubre. O período de colheita geralmente é marcado pela deterioração da saúde³ e do bem estar dos agricultores. Alguns depoimentos corroboram esta afirmativa: “É muito quente, na colheita a gente sofre. De manhã tá molhado e depois vem o calorão. Tem que colher porque do fumo não espera” (agricultor, 26 anos, São Lourenço do Sul). “Judia um monte! Tem vezes que a gente se entrega e fica de cama (adoece) porque o corpo fica fraco” (Jovem, 19 anos, São Lourenço do Sul).

Dentre outros fatores associados à percepção negativa dos jovens sobre o cultivo do tabaco está a empresa integradora e a falta de autonomia dos agricultores no momento da venda da produção, os quais não possuem poder de barganha para discutir o preço do produto e acabam aceitando as imposições da integradora. Os jovens acreditam que as empresas poderiam oferecer auxílio aos agricultores, sobretudo valorizando mais o produto.

O elevado custo para produzir tabaco também faz parte das percepções negativas que os jovens têm acerca do cultivo. Pelo discurso do jovem pode-se visualizar que a sua percepção acerca do cultivo fez com a família buscasse alternativas produtivas.

“Eu vejo que a produção de fumo que tá se tornando uma cultura que daqui um tempo não vai ser mais viável, por isso que nós estamos diversificando a propriedade para poder um dia não precisar mais depender do fumo, poder plantar outras coisas” (Jovem, 24 anos, Arroio do Tigre).

No entanto, percebe-se que o tabaco ainda é visto positivamente pelos agentes de desenvolvimento e líderes locais, como por exemplo, a visão do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Arroio do Tigre. Para o agente, o tabaco é responsável pela permanência dos jovens no meio rural, embora ele ressalte a importância de diversificação, defendendo a importância dos agricultores

3 Se chama a atenção para as recentes pesquisas que indicam a ocorrência da “doença da folha verde do tabaco”, que se refere aos altos níveis de nicotina encontrados em amostras sanguíneas coletadas junto a produtores de tabaco, no momento da colheita, sem que estes fossem fumantes (SCHOENHALS et al., 2008).

não fiquem atrelados a um único cultivo. “O tabaco é importante e fundamental no nosso município, mas a gente tem que trabalhar pra que a gente consiga alternativas de renda” (Presidente do STR/Arroio do Tigre).

De outra parte, os agentes de desenvolvimento do município de São Lourenço do Sul não possuem opiniões consensuais sobre a atividade fumageira. Foi possível perceber inclusive atritos entre os representantes de entidades que atuam no âmbito da agricultura familiar e no desenvolvimento rural do município. Enquanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais têm uma posição de diversificar, mas mantendo e fortalecendo o tabaco, os representantes ligados à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (FETRAF) e os gestores municipais vem assumindo um discurso de diversificação que admite a substituição do tabaco, inclusive fomentado as atuais políticas públicas que atuam neste escopo.

Entretanto, também foi possível identificar por parte desta vertente representativa a constituição de uma cooperativa de fumicultores que atua na comercialização da produção, tendo, porém, desempenho bastante incipiente até o presente momento. Foram destacados casos no município de São Lourenço do Sul de agricultores que deixaram o cultivo de tabaco para dedicarem-se à produção leiteira, à fruticultura e a agroindustrialização, bem como à produção orgânica, atividades estas que contam com o apoio de projetos governamentais.

Neste sentido, cabe analisar o contexto em que dá a diversificação produtiva das áreas de cultivo do tabaco está, verificando em que medida o contexto macro interfere nas tomadas de decisão dos jovens agricultores.

4.2 Entre o material e o simbólico: alguns apontamentos em relação à complexidade do “ser fumicultor”

Primeiramente, convém salientar que se julga necessário incorporar e ampliar as perspectivas não econômicas à discussão das reais possibilidades de diversificação do tabaco. O argumento de que o tabaco é uma atividade econômica, que gera renda e emprego no meio rural (e também para as municipalidades) está difundido e não é errôneo. Porém, caberia questionar sobre o que há para além desta questão monetária? Quais outros elementos materiais interferem na opção dos jovens agricultores em seguir ou não cultivando tabaco?

No plano material, atualmente, os investimentos em tecnologia e na infraestrutura necessária à produção de tabaco têm sido objeto de constantes e frequentes modificações. Por exemplo, o capital imobilizado nos modernos galpões utilizados para cura (secagem) das folhas de tabaco assim como as instalações e equipamentos utilizados no cultivo possuem valores elevados, constituindo-se muitas vezes a parcela do lucro que coube ao agricultor durante todo o período em que cultiva tabaco. Nestas condições, na decisão em sair ou não da atividade sempre leva em conta esta questão.

Além disso, a necessidade de honrar os contratos com as fumageiras, que financiam as estrutura e insumos para a produção, é um fator que limita as possibilidades de troca de atividade. Salienta-se que a estratégia supracitada é adotada pelas empresas a fim de manter o cliente, uma vez que o mesmo dificilmente romperá o vínculo com a fumageira, tampouco desenvolverá outro cultivo enquanto tiver pendências contatual.

Por outro lado, a atuação da empresa fumageira, na percepção do agricultor, valoriza o resultado do seu trabalho através da venda garantida da produção. Isso faz com o “fumicultor” aprecie o sistema de integração vertical (a cadeia e todos os seus elos) em que a empresa é responsável por realizar as transações na unidade produtiva. Essa característica é significativa quando comparada com cultivos em que o produtor é responsável pela comercialização e pela conquista de mercados. A peculiaridade é mais presente em Arroio do Tigre, onde os agricultores veem com o orgulho o fato de o município ser considerado a capital nacional do tabaco.

Entendemos que as sociedades rurais possuem dinâmicas particulares, regida por um conjunto de códigos e normas culturais próprias. Assim sendo, parece evidente que o “ser fumicultor” em comunidades que concentram um elevado coeficiente de produtores de tabaco também possui um componente simbólico significativo, que interfere substancialmente nas escolhas dos agricultores em relação à atividade produtiva. Nos locais estudados, existem distritos rurais onde a prevalência da fumicultura ultrapassa os 80%. Desta forma, nestes espaços geográficos o não plantar tabaco é ser considerado diferente, correndo o risco de não ser reconhecido enquanto integrante daquele grupo social, afetando as suas relações e a vida comunitária.

Ainda com relação às regiões estudadas, cabe salientar que o tabaco vem sendo cultivado por mais de duas gerações, destarte muitos foram os conhecimentos construídos e transmitidos sobre o cultivo. Percebe-se o *know how* na produção de tabaco evidenciando o quão dificultoso passa a ser trocar de atividade. Este fato culminou na perda de práticos e cultivos, também nos hábitos e cultura, sobretudo na produção de alimentos utilizados para o autoconsumo. Dessa forma, para muitos agricultores, sobretudo jovens rurais, deixar de lado o cultivo sobre o qual se tem relativo conhecimento e domínio é algo impraticável.

A falta de políticas públicas e incentivos efetivos, que se materializem através de recursos, assistência técnica e extensão rural e formas organizadas de escoar a produção são preponderantes para que os jovens sigam projetando o cultivo de tabaco. Ou seja, mesmo aqueles que não vislumbram no tabaco o seu projeto de vida seguem desenvolvendo a atividade pela ausência de condições concretas para mudar a base produtiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou que existe uma complexidade de fatores que condiciona os jovens rurais e suas famílias, a continuarem na atividade fumageira. Em parte, este emaranhado de determinantes materiais e simbólicos, a saber: o reconhecimento como produtor de tabaco, o “saber-fazer” desenvolvido pelos produtores após gerações, a estrutura produtiva existente na unidade de produção, bem como a falta de incentivos públicos efetivos, pode explicar o baixo êxito da política de diversificação das áreas de cultivo do tabaco no Brasil e, principalmente a renda, embora muitas vezes aparente, gerada pelo cultivo.

Em Arroio do Tigre e São Lourenço do Sul foi possível verificar que os jovens agricultores percebem a importância e a necessidade de políticas de apoio à diversificação produtiva e de fontes de renda, da mesma forma que eles veem

pouca efetividade nas ações governamentais. Ressalta-se que estas constatações não são estanques e não se limitam aos jovens estudados, sendo possível extrapolá-los para outras regiões e contextos em que o tabaco está presente como atividade produtiva predominante.

Por fim, reconhecemos a relevância do cultivo, tanto econômica quanto socialmente em ambos os municípios analisados. Acreditamos também no papel dos jovens rurais como atores imprescindíveis no processo de desenvolvimento rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ªed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ANDRADE, S. M. O.; TANAKA, O. Y. Interacionismo interpretativo: uma nova perspectiva teórica para as pesquisas qualitativas. **Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde**, v. 5, n. 3, p. 55-72, 2001.

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. AFUBRA. **História**. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br/principal>>. Acesso em: 04 jan. de 2013.

BECKER, C. **Mercados institucionais e agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul**. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.

BECKER, C.; ALTEMBERG, S. G. N., SILVA, F. N.; DAL MOLIN, L. H.; SACCO DOS ANJOS, F. Mercados institucionais: promovendo a construção de parcerias ou estimulando a concorrência na agricultura familiar? **Revista Cadernos de Agroecologia**, vol. 8, n. 2, 2013, p. 1-5.

BIOLCHI, M. A. A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural** - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), Curitiba, v. 5, n. 5, p. 1- 68, jul. 2005.

BIOLCHI, M. A.; BONATO, A. A.; OLIVEIRA, M. A. A cadeia produtiva do fumo. **Contexto Rural** - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), Curitiba, v. 3, n.4, p. 5-55, 2003.

BOEIRA, S. L. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente: estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajaí: Univali, 2002.

BOEIRA, S. L.; JOHNS, P. Indústria de Tabaco vs. Organização Mundial de Saúde: um confronto histórico entre redes sociais de stakeholders. **Interthesis**, Florianópolis, v.4, n.1, p.1-25, 2007.

BONATO, A. A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. **Contexto Rural** - Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER). Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://www.deser.org.br/>>: Acesso em 04 jan. de 2013.

CASSIANI, S. B.; CALIRI, M. H. L.; PELÁ, N. T. R. A teoria fundamentada nos dados como abordagem da pesquisa interpretativa. **Revista latino-americana de enfermagem**, v. 4, n. 3, p. 75-88, dezembro 1996.

FERNANDEZ, S. M. **A trajetória do fumo em Sobradinho/RS: da diversificação à especialização dos sistemas produtivos**. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. FEE. **Dados Município de Arroio do Tigre**. 2011. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/menu_consultas.asp?tp_Pesquisa=var_Anuar>. Acesso em 09 de agosto de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 28 de set. 2012.

KARNOPP, E. Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil). **ACTAS, L.de V**. 2003. Disponível em: <<http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>>. Acesso em 15 nov. de 2011.

LIMA, R. G. de. , WIZNIEWSKY, J. G., MARTINS, S. R. Os desafios da sustentabilidade para o desenvolvimento rural da região do Vale do Rio Pardo, RS. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 613-650, set./dez. 2005.

MENGEL, A, A. **Tratados internacionais e disputas locais: a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e as disputas entre os atores da cadeia produtiva no Brasil**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PERONDI, A. M., BONATO, A., SCHNEIDER, S., GREGOLIN, A, C., PERACI, A.S. Metodologia de avaliação das políticas de diversificação em áreas cultivadas com tabaco. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia rural, 46, 2008, Rio Branco, **Anais...**, Rio Branco: SOBER, 2008.

REDIN, E. **Entre o produzir e o reproduzir na agricultura familiar fumageira de Arroio do Tigre/RS**. 2011. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2011.

REDIN, E. Fumicultura: interfaces entre o real e o ideal. **Informe Gepec**, Toledo, v. 16, n. 2, p. 21-38, jul./dez. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, n.11, p. 88-125, jan./jun. 2004.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SCHOENHALS, M.; FOLLADOR, C.; SILVA, C. Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativa de gestão ambiental na indústria do tabaco. **Rev. Engenharia Ambiental-Espírito Santo do Pinhal**, v. 6, n. 2, p.16-37. Maio/Agosto 2009.

SOGOCIO, M., P., S., C. **O Brasil Adverte: fumar é prejudicial à saúde: análise do processo de ratificação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco**. 2008. Dissertação (Mestrado em Relações Exteriores) - Instituto Rio Branco, Brasília 2008.
TROIAN, A. **A percepção de agricultores e de outros agentes rurais acerca das dimensões ambiental, social e econômica no cultivo de tabaco no município de Arvorezinha (RS)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria (RS), 2010.

TROIAN, A. **Percepções e Projetos de Jovens Rurais Produtores de Tabaco de Arroio do Tigre/RS**. 2014. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

TROIAN, A.; EICHLER, M. L.; OLIVEIRA, S.V.; SOGLIO, F. K. D. A política da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT) na percepção de agricultores familiares e agentes rurais: um estudo de caso no município de Arvorezinha (RS). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte, SOBER, 2011.

TROIAN, A.; EICHLER, M. L.; OLIVEIRA, S.V.; DALCIN, D; TROIAN, A. Percepções sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos no cultivo de tabaco: um estudo com agricultores e agentes rurais no município de Arvorezinha/RS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 48, 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande, SOBER, 2010.

TROIAN, A., DAL SOGLIO, F.K. Projetos de vida de jovens rurais de uma região produtora de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Arroio do Tigre. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Administração, Economia e Sociologia rural, 51, 2013, Belém, **Anais...**, Belém, SOBER, 2013.

ALESSANDRA TROIAN. Doutora em Desenvolvimento Rural, professora Adjunta na Universidade Federal do Pampa, campus Santana do Livramento. E-mail: alessandratroian@unipampa.edu.br.

CLÁUDIO BECKER. Doutor em Agronomia, professor Adjunto na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, campus Santana do Livramento. E-mail: cldbecker@gmail.com.

Submetido em: 08/08/2015

Aprovado em: 20/04/2017